



INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM ÁREA DE COLONIZAÇÃO RECENTE: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT (1966-1972)

Angela Luzia Magalhães Silva Mello¹ - angela.m.mello@hotmail.com

Elizabeth Figueiredo de Sá² - elizabethfsa1@gmail.com

GT 13 – História da Educação

Resumo

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Cultura, Memórias e Teorias em Educação. Objetiva trazer a lume as negociações para venda e revenda de terras devolutas de Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960 e os mecanismos para trazer trabalhadores paulistas para áreas em mata nativa desse estado e, nesse contexto, a luta desses migrantes para construir uma instituição escolar em meio a floresta para proporcionar educação aos seus filhos sob uma grama gigantesca de limitações estruturais. A pesquisa tem como referencial teórico metodológico a perspectiva da História Cultural (CHARTIER, 1991). Para composição do artigo utilizamos como fontes históricas a dissertação de Heinst (2003) contendo algumas mensagens do interventor Fernando Correa à Assembleia Legislativa, periódicos do Estado de Mato Grosso dos anos 1950 e 1960, trechos do depoimento do senhor Paulo Mendonça, paulista que comprou as terras onde viriam a surgir os municípios de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatro Marcos; a obra memorialista de Bordim (2018) abordando o surgimento de São José dos Quatro Marcos e sua primeira instituição escolar, alguns periódicos do Correio Cacerense de 1970 trazendo publicações acerca das escolas rurais de São José dos Quatro Marcos e Mirassol d'Oeste. O recorte temporal da pesquisa se justifica pelo momento em que a Escola Rural Mista Duque de Caxias foi construída, em 1966, dando início às aulas no ensino primário e 1972, por ser o último ano em que apenas o ensino primário foi oferecido no povoado, pois, em 1973, com a chegada de dois professores normalistas, iniciou-se, também, o ensino secundário.

Palavras chave: São José dos Quatro Marcos. Educação-Mato Grosso. Colonização Recente.

1 Introdução

O presente texto aborda as negociações que permearam a venda de terras devolutas³ em Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960 perpassando pelos benefícios que essa ação trouxe a empresários e latifundiários paulistas e a interventores estaduais que aumentavam o caixa da arrecadação do estado e utilizavam essas terras como moeda de troca para sanar interesses políticos partidários. (HEINST, 2003)

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Professora Associada da UFMT. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória da UFMT.

³ O conceito de “terras devolutas” é utilizado neste trabalho está de acordo com a autora Lígia Osório Silva que analisou a Lei de terras de 1850 e ressaltou que “ Aos poucos, as terras devolutas passaram a ser: a) as que não estavam aplicadas a algum uso público nacional, estadual ou municipal; b) as que não estavam no domínio particular, em virtude de título legítimo” CF: SILVA, 1996, p.161

Esses políticos, usando como pano de fundo o programa criado pelo presidente Vargas, “a marcha para o oeste” que visava ocupar os “espaços vazios” da Amazônia⁴, passaram a vender imensas porções de terra do estado de Mato Grosso sob o discurso de que estariam colonizando⁵ essas terras e, assim, leva-las ao desenvolvimento vivenciado por outros estados da federação.

Foi no âmbito desse discurso, da necessidade de povoar os “espaços vazios”, que as terras onde hoje se encontram os municípios de Mirassol d’Oeste e São José dos Quatro Marcos - MT foram vendidas e reocupadas⁶ sobretudo por trabalhadores do interior de São Paulo.

Em São José dos Quatro Marcos se encontrava a Escola Rural Mista Duque de Caxias⁷, lócus de nossa pesquisa de doutorado, fundada em 1966 por migrantes que decidiram deixar o estado de São Paulo para seguir na direção de realizar o sonho de adquirir terra a preço mais acessível, mesmo que para isso tivessem que enfrentar toda uma gama de infortúnios proporcionados por um local inserido num contexto de colonização recente⁸.

Era um cenário de mata nativa com tudo por fazer. Foi nesse contexto que alguns migrantes se organizaram para providenciar a construção e o funcionamento de uma instituição escolar em meio à mata, num local batizado à priori de Quatro Marcos.

Utilizamos como fontes históricas para urdidura desse texto a dissertação HEINST (2005) contendo algumas mensagens do interventor Fernando Correa à Assembleia Legislativa, periódicos do Estado de Mato Grosso dos anos 1950 e 1960,

⁴ A Amazônia compreende a região Norte – Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins – e parte do Centro-Oeste – Mato Grosso. A outra referência ao território amazônico, que se define como Amazônia Legal (criada pelo Plano de Valorização da Amazônia – 1953), inclui o oeste do Maranhão. CF. (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 545)

⁵ Sobre o termo colonização Regina B. Guimarães Neto (2005, p. 520) ressalta: “Deseja-se assinalar [...] a positividade com que aparece revestida a palavra colonização, que traduz políticas de dominação nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se trabalhar e projetar o seu futuro”.

⁶ O prefixo (re) se faz necessário aqui para elucidar que as terras de colonização recente da Amazônia estavam sendo reocupadas, pois não se constituíam em espaços vazios, elas já estavam ocupadas por grupos indígenas.

⁷ A primeira escola de São José dos Quatro Marcos chamou-se em seus primeiros dois anos de funcionamento por Escola Rural Mista Duque de Caxias e posteriormente quando o nome do povoado se fixou como São José dos Quatro Marcos, essa escola foi renomeada por Escola Rural Mista de Quatro Marcos.

⁸ Conforme Oliveira (2017, p. 74), “[...] colonização recente foi à reocupação dos espaços geográficos, a partir da segunda metade do século XX, anteriormente ocupado por diferentes populações indígenas. Esta colonização realizada por migrantes de diferentes estados do Brasil foi ao longo desse período, até o final do século XX, sendo socialmente produzida”.

trechos do depoimento do senhor Paulo Mendonça, paulista que comprou as terras onde viriam a surgir os municípios de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatro Marcos no final dos anos 1970, a obra memorialista de Bordim (2018) abordando o surgimento de São José dos Quatro Marcos e sua primeira escola, alguns periódicos do Correio Cacerense de 1970 trazendo publicações acerca das escolas rurais de São José dos Quatro Marcos e Mirassol d'Oeste.

2 Mato Grosso nos trilhos da especulação

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e permanecendo ininterruptamente até 1945, o Brasil vivenciou profundas mudanças tanto no âmbito social e cultural, quanto político e econômico. Vargas pretendia modernizar o Brasil, rompendo com oligarquias regionais e enveredando o Brasil rumo à industrialização.

Foi nesse cenário que Vargas passou a defender a necessidade de ocupação dos “vazios demográficos” da Amazônia, visando integra-la ao restante do país, para realizar seu projeto criou a “Marcha para o Oeste”, um programa que objetivava deslocar pessoas de outras regiões do país para reocupar terras em mata nativa na Amazônia. Contudo, no governo Vargas houve poucas ações concretas no sentido de reocupar essas terras.

Nesse quadro de políticas públicas visando reocupar os “vazios demográficos” da Amazônia é importante ressaltar que de acordo com autores como Guimarães Neto, (2002), (2005); Barrozo, (2008), (2017); Joanone Neto (2008); Oliveira (2008), (2017); a reocupação da Amazônia só veio efetivamente a acontecer, por meio de projetos de colonização dirigida norteadas pela iniciativa privada, durante o governo militar e com os vários programas de incentivos fiscais que fez emergir várias cidades em meio a floresta entre os anos de 70 e 80 do século XX.

Porém, se em âmbito nacional os anos 1950 e 1960 foram de poucas ações por parte do governo federal no sentido de promover a reocupação de áreas amazônicas por meio da “marcha para oeste”, em âmbito estadual as terras do estado de Mato Grosso estavam sendo loteadas com fins especulativos sobretudo na gestão de dois interventores: Fernando Correa da Costa e João Ponce de Arruda.⁹

O interventor Fernando Correa da Costa ao discursar à Assembleia Legislativa em 1951 elenca:

⁹ Lenharo (1986), Moreno (1993), Heinst (2003) e Oliveira (2017)

A nosso ver, o povoamento, a colonização do nosso território deveria se processar por faixas nos sentidos dos paralelos e nunca dispersa o que redundará em muitas desilusões [...] O que poderá fazer, que resultado algumas centenas de agricultores dispersos [...] A dispersão, a desilusão de trabalhadores em grandes áreas, separadas por enormes distâncias, onde os meios de comunicação são deficientes, quase sempre implica no fracasso dos empreendimentos por elas levadas a efeito [...]. (COSTA, Fernando Corrêa da. *Mensagem do governador à Assembleia Legislativa*, Cuiabá, 1951, p.44-5. Apud HEINST, 2003, p. 2)

A narrativa do líder do poder executivo estadual denota a grande extensão territorial desse estado bem como a sua carência em infraestrutura necessitando, assim, que houvesse esforços para construção de estradas de rodagem no estado. Todavia, notamos, pela fala de Fernando Correa da Costa, não apenas a intenção de proporcionar a ligação entre os municípios do estado, mas sobretudo de traçar, estrategicamente, estradas de rodagens ligando Mato Grosso a outros estados, especialmente a São Paulo.

Foi nesse contexto que foi construída a estrada ligando a cidade de Cáceres à cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, para, assim, atrair o interesse de pessoas que se dispusessem a adquirir terras nessa parte do estado.

Além de investir em estradas de rodagem, interventores investiram em propagandas no estado de São Paulo acerca das terras férteis e de baixo custo de Mato Grosso. Fernando Correa da Costa não mediu esforços para atrair o paulista para desbravar a floresta mato-grossense. Em 1963 foi a São Paulo para receber o título de cidadão paulistano, e proferiu o seguinte discurso:

[...] Nós aguardamos os dias de hoje e estamos felizes por esta quase obstinação, porque hoje nós já sentimos que o paulista vai pular o rio Paraná, com sua experiência, com o seu patriotismo, com o seu dinheiro, com o seu poder econômico, que sem isso não há civilização possível. E lá nós estamos, paulistas, e digo em nome de todos os mato-grossenses e hoje paulistano também, aguardando de braços abertos a ajuda de vocês. Venham nos ajudar a desbravar a maior gleba preparada para receber uma civilização pujante que é Mato Grosso. Venham povoar o pantanal, que é a maior reserva criatória de gado do mundo. Venham plantar nas nossas florestas. Venham trazer a Sorocabana até Dourados, venham explorar, para riqueza vossa e nosso conforto, aquela mata de mais de 1 milhão de hectares de terra de primeira ordem, de terra roxa, igual à do norte do Paraná, pois que a terra de Dourados não é mais que a continuação da terra do norte do Paraná [...] venham para Cuiabá, e vamos conquistar a Amazônia através do Mato Grosso. (O ESTADO DE MATO GROSSO, nº 4236 p. 1 de 24 de fevereiro de 1963, Apud BORDIN, 2018, p. 2).

A fala do interventor mato-grossense funcionou como uma propaganda das terras férteis e “vazias” quase toda em mata nativa à espera de paulistas com sua experiência e

seus recursos, pois, ara o Fernando Correa não haveria desenvolvimento em Mato Grosso se o migrante não tivesse experiência e, sobretudo, dinheiro para adentrar uma terra bruta, ainda em mata e investisse seu trabalho, seu tempo e seus recursos para torna-la produtiva, integrando-a ao mundo do mercado e, desse modo, tornando-a, segundo sua concepção, civilizada.

Desse modo, muitos empresários se interessaram pelas terras abundantes desse estado. As propagandas obtiveram o êxito desejado pelo político. Num trecho da matéria do Jornal “O estado de Mato Grosso” citada por Lenharo (1986), notamos que as terras de Mato Grosso se tornaram um excelente negócio para pessoas abastadas que viam nas terras mato-grossenses um bom investimento:

Doação, concessão, venda, enfim uma urgia de transações imobiliárias que fazem milionários da noite para o dia, beneficiam “tubarões” de toda as matizes, parentes e amigos, afilhados políticos, A colonização, esta só existe para figurar nos contratos para que a lei e a Constituição possam ser burladas mais livremente. (LENHARO, 1986, p 54)

A publicação desse periódico funcionou como um mecanismo de denúncia que visava escancarar que as terras devolutas de Mato Grosso estavam sendo açambarcadas por pessoas abastadas ou apadrinhados políticos que se tornavam seus proprietários com a intenção de revende-las posteriormente com um valor altamente lucrativo sob a representação de estarem realizando a colonização e assim contribuir com a nação ao levar o desenvolvimento às regiões isoladas da Amazônia.

Caminhando nesta senda, Lenharo (1986) relatou o emaranhado jogo econômico, político e partidário que permeava a posse das terras devolutas em Mato Grosso, nos anos 1950 e 1960, que fazia com que essas terras não fossem parar nas mãos de trabalhadores rurais sedentos por um pedaço de terra, mas sim sob o domínio de pessoas enriquecidas que, após esperarem a valorização dessas terras, agiam por meio de propagandas e da atuação de corretores no interior do estado de São Paulo criando um eficiente engodo para trabalhadores que tinham algum pecúlio a sentirem-se inebriados com a possibilidade de adquirir terras com pouco dinheiro dirigindo-se à oeste do país. (HEINST, 2005)

3. Instituição Escolar em área de Colonização recente

O senhor Paulo Mendonça, paulista da cidade de Mirassol, proprietário da Agropecuária Mirassol, adquiriu no início dos anos 1960, 50 mil hectares há algumas

dezenas de quilômetros da cidade de Cáceres. Em entrevista concedida à historiadora Andréia Heinst (2003) explicou como adquiriu as terras onde seriam fundadas as cidades de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatro Marcos, no sudoeste do estado:

Aqui aconteceu o seguinte: nessa região aqui antes de eu vir comprar veio trabalhar um agrimensor francês que fez amizade com gente importante de Cuiabá. Então ele descobriu essas terras aqui e requereu para essa família Saraiva. Edio Otolfo, por exemplo, é médico da santa casa de Cuiabá, é cunhado do Arnaldo Saraiva que é irmão do Eurico Saraiva, essa família Saraiva, gente de bens em Cuiabá. Através do conhecimento do pessoal do estado e o engenheiro agrimensor fazendo o levantamento dessas terras para atender o pessoal, que aí compra isso por requerimento, Nem sabia onde era! E aí o engenheiro dava informação. Então aconteceu o seguinte, os amigos compravam essa terra aqui que era muito boa. O Luís Ambrósio era advogado ali em Cáceres, foi prefeito, era pessoa bem colocada, ele comprou 10.000 hectares através do requerimento, não custou quase nada [...] comprei também do senhor Aurélio, do cartório do primeiro ofício de Cáceres, o homem é cacerense de nascença, então quer dizer, o pessoal, os amigos, os mais chegados, adquiriram essas terras todas do estado através do requerimento, quase de graça, depois me venderam, [...] (Apud HEINST, 2003, p. 52-53)

O depoimento do senhor Mendonça aponta para as negociatas retratadas pelas matérias do jornal que denunciaram a venda de grandes porções de terra do estado “aos amigos mais chegados” de políticos.

Os cinquenta mil hectares adquiridos pelo senhor Mendonça, eram em mata fechada e ficava a uma distância aproximada de 50 quilômetros da cidade de Cáceres, nessas condições, o latifundiário decidiu criar uma cidade em meio a floresta para possibilitar a estrutura necessária para facilitar a revenda dessas terras em pequenos lotes, a trabalhadores do interior de São Paulo. Essa cidade recebeu o nome de Mirassol d'Oeste, uma homenagem a cidade de Mirassol no estado de São Paulo, onde o latifundiário residia.

Inquirido pela pesquisadora sobre como se deu a propaganda para atrair compradores para sua propriedade em Mato Grosso, o senhor Mendonça elencou: “ Eu tinha naquela época uma equipe de corretores que eu dava uma lotação, uma comby. Com capacidade para carregar dez pessoas. E esses indivíduos andavam naquela região de lá de São Paulo. Eu não andei fora da minha região, eu não fiz propaganda [...]”. (Heinst, 2003, p. 58)

Mendonça, por meio de sua imobiliária, vendeu terra a centenas de famílias do interior de São Paulo. Dentre os compradores que se mudaram nas proximidades de

Mirassol d'Oeste, o periódico “Folha do Povo” destaca o protagonismo do senhor Zeferino José de Matos:

[...] Quando em 1962 Zeferino José de Matos comprou alguns hectares de terra através da Imobiliária Mirassol, sediada em São Paulo, estava dando o primeiro passo para a criação do núcleo de São José dos Quatro Marcos em Mato Grosso. [...]. Os fundadores de São José dos Quatro Marcos foram: Zeferino José de Matos, Miguel Barbosa Nascimento e Luiz Barbosa. (FOLHA DO POVO, 08/09/1985)

Os senhores apontados pela Folha do Povo: Zeferino José de Souza, Luiz Barbosa e Miguel Barbosa do Nascimento compraram terra onde hoje se localiza o município de São José dos Quatro Marcos e para dividir suas propriedades fizeram as marcações e fincaram quatro tocos como marco divisório. Esse local foi batizado como quatro marcos e se tornou um ponto de encontro entre os colonos. (BORDIN, 2018, p. 30-31)

Num desses encontros nos quatro marcos discutiram sobre a importância de se ter uma escola para seus filhos, pois já havia várias famílias no local e suas crianças não poderiam ficar sem estudar.

[...] Então, formaram uma comissão e foram a Cáceres, sede do município, pedir a ajuda das autoridades, as quais exigiram a construção de uma escola e a matrícula de no mínimo 25 crianças. Carregando madeira nos ombros iniciaram a construção da escola, cobrindo-a com tabuinhas. Participaram dessa empreitada José Rosa Paes, Waldemar Carvalho, Fidélis José de Souza e Gerônimo Marangão, contando ainda com a ajuda de muitos moradores e proprietários de terra. (BORDIN, 2018, p. 28-29)

Interessante observar que, segundo o autor, as autoridades não se proporem a construir a instituição escolar para beneficiar as crianças daquele povoado que se iniciava, mas sim exigiu que os próprios moradores a construíssem. Os migrantes seriam, então, os responsáveis por agilizar a existência da educação escolar de seus filhos naquele local. Esta prática foi recorrente em áreas de colonização recente nos anos 60 e 70 do século passado, sobretudo em escolas rurais.¹⁰

Nesse cenário, os migrantes, escolhiam dentre eles quem havia estudado um pouco mais para se fazer professor num contexto de dificuldades estruturais gigantescas. Esses professores geralmente tinham estudado até a quarta série primária, portanto, eram professores leigos, ou seja, não tinham formação para a prática docente.

Em São José dos Quatro Marcos, o jovem Inivaldo Mila, filho de um dos colonos, foi convidado pela comunidade para lecionar para as crianças do povoado porque tinha

¹⁰ ROHDEN (2012), PERIN (2015), BECK (2015)

concluído a 4ª série primária. Mila, antes de iniciar os trabalhos com os alunos fez um curso de férias, exigido pelo governo estadual, em 1967.

Nos anos 1960, cerca de 45% dos professores do Brasil eram leigos, e em Mato Grosso, essa porcentagem era ainda mais elevada, cerca de 60% dos professores não eram formados. Foi mediante esta circunstância que o Curso de Férias para docentes foi implantado pelo então governador Fernando Corrêa da Costa, que expôs sua preocupação com o ensino ministrado pelos professores leigos nas escolas do estado. Ele era oferecido em várias cidades, onde estudavam os “[...] ensinamentos de português, aritmética, geografia, história, higiene etc”. (MENSAGEM, 1952, p. 27). Em 1963, o Curso de Férias era ofertado nas cidades: de Aquidauana, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Dourados Guiratinga e Três Lagoas. (MENSAGEM, 1963, p. 160).

Contudo, a falta de professores preparados para a prática docente não era o único problema experimentado no estado de Mato Grosso nesse período, pois faltavam escolas, e das escolas que existiam no estado, muitas estavam em péssimas condições, sobretudo se fossem escolas rurais:

Numa breve incursão sobre a temática da história da escola rural brasileira podemos verificar que o professor, conforme a ausência de políticas públicas, era o responsável por todas as ações da escola rural. No Brasil, desde o início do período republicano, a educação urbana é a única assistida pelo poder público. A educação rural é abandonada à própria sorte. Em Mato Grosso, essa mesma prática encontrou eco, mesmo sendo observado que até 1970, a maior parte da população, residia na Zona Rural (OLIVEIRA, 2009, p. 121).

A narrativa do autor representa a escola rural sob a aura do desprestígio, “abandonada à própria sorte”. Sob essas condições se fazer aluno ou professor num cenário de abandono do poder público, tornava a vida estudantil e docente uma prática complexa, exigindo a necessidade constante de improvisação para se adaptar à gritante carência de infraestrutura.

Escolas rurais em contextos de colonização recente nos anos 1960 e 1970 passavam a existir não pela vontade do poder público, mas sim por vontade dos próprios colonos que se esforçavam para oferecer aos alunos e aos professores o máximo que podiam¹¹, mas isso era insuficiente para possibilitar condições adequadas para o bom funcionamento. Foi nesse contexto que o jornal o Correio Cacerense denunciou as

¹¹ ROHDEN (2012), PERIN (2015), BECK (2015), OLIVEIRA (2009)

dificuldades vivenciadas pela escola rural mista de São José dos Quatro Marcos em 1970:

“[...] problema cruciante desalegra as crianças estudiosas daquela localidade [...] aquelas crianças estão sendo desestimuladas ao estudo pelo fato de que na escola mista de São José dos Quatro Marcos não há carteiras para acomodar nem um aluno, quanto mais seus 137 oficiais. O senhor Edevaldo Muler, encarregado daquele estabelecimento, faz um apelo às autoridades competentes para que seja solucionado o problema, conquanto as aulas são assistidas de pé, causando evidentemente um estado psicológico contrário ao estudo [...]” CORREIO CACERENSE, 22/03/1970)

A matéria do periódico denunciou o abandono a que os alunos da escola rural mista de São José dos Quatro Marcos estariam sujeitos. E essa não é a única matéria do periódico denunciando a falta de carteiras, pois, também denuncia situação semelhante na escola rural mista de Mirassol d’Oeste, vizinha à São José dos Quatro Marcos:

[...] Ainda, em Mirassol d’Oeste conseguimos apurar que muitos alunos dado o crescimento inesperado do número de estudantes para o corrente ano letivo, estão sem condições de assistir as aulas, em decorrência da insuficiência de carteiras escolares [...]. Existem atualmente 385 alunos registrados naquele grupo e em franca assistência às aulas, em três períodos diurnos, nas quatro salas. Informados soubemos que mais 20 carteiras seriam suficientes para atender aos excedentes. (CORREIO CACERENSE, 15/05/1970, ANO 2 n. 124)

As publicações denunciando a ausência de carteiras escolares, além de revelarem o descaso do poder público naquele momento, mostram algumas das dificuldades vivenciadas pelos alunos em áreas de colonização recente em Mato Grosso, convergindo para a concepção de Oliveira (2009), quando destaca que as escolas rurais do estado estavam “abandonadas à própria sorte”.

Contudo, é importante observar que na matéria publicada em 23 de março de 1970 há uma clara intenção em elucidar a situação de esquecimento das autoridades para com a escola rural mista de São José dos Quatro Marcos, pois, segundo o periódico, todos os alunos da escola estariam sem carteiras, porém, na obra memorialista de Bordin (2018) abordando o surgimento de São José dos Quatro Marcos, o autor entrevistou o senhor Inivaldo Mila, um dos primeiros professores, e este teria dito sobre a mobília da escola que “Ela tinha lousa e mesa de tábuas rústicas e os bancos eram fincados no chão” (BORDIN, 2018, p. 38).

Mila esteve à frente da escola de 1967 a 1970 e pela sua narrativa havia alguns bancos rústicos para acomodarem os alunos, porém, com a chegada de novos migrantes,

é possível que a quantidade de assentos tenha se tornado insuficiente para acomodar todos os estudantes, entretanto, no discurso apresentado pelo periódico, na escola de São José dos Quatro Marcos “[...] não há carteiras para acomodar nem um aluno, quanto mais seus 137 oficiais[...]”. Esta enfática narrativa objetivava criar a representação de uma carência acentuada de recursos vivenciada pela escola, produzindo, assim, uma representação concorrente ao discurso do senhor Mila Talvez o relator da matéria tenha algumas posições políticas bem delineadas e tinha interesse em forjar sua representação sobre a escola para a sociedade. Nesse cenário, entendemos representações como:

“[...] classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. (CARVALHO, 2005, p. 149)

As representações acerca do cotidiano em áreas de colonização recente no século passado sempre são permeadas por dificuldades latentes e a vida escolar nessas áreas não ficava de fora desse contexto de limitações estruturais. Nesse sentido, não eram só os alunos que sofriam com a ausência de atenção do poder público, professores enfrentavam toda uma gama de dificuldades para permanecer à frente de suas salas de aula:

Naquela época os professores não tinham o apoio dos Coordenadores e Diretores com relação a visita a Escola. O conteúdo passado aos alunos era levado no final do mês pelos próprios professores até a cidade de Cáceres, com muita dificuldade de deslocamento, tinham que ir até Mirassol D’Oeste de bicicleta ou a cavalo (com a ajuda dos irmãos), de Mirassol D’Oeste até Cáceres seguia de ônibus, o que levava em média dois dias a ida e volta.¹²

Observamos as dificuldades vivenciadas pelos primeiros professores de São José dos Quatro Marcos nos seus primeiros anos de funcionamento. O professor se via obrigado a assumir responsabilidades que iam além de seus afazeres pedagógicos.

Dificuldades era a palavra recorrente nos anos 1960 e 1970 no Mato Grosso reocupado, as famílias vinham para um local em mata onde era preciso construir a morada, derrubar a mata, arar a terra, cultivá-la. Faltava água, escolas estabelecidas, recursos médicos, mercearias para venderem produtos básicos e etc.

¹² Cf.

<https://quatromarcosnoticias.com.br/artigo/vereadores-de-sao-jose-dos-quatro-marcos-aprovaram-moc-ao-de-pesar-a-familia-de-ex-vereador-e-de-primeira-professora-do-municipio>

Nesse sentido, enfatizamos que a existência de uma instituição escolar em meio à mata em São José dos Quatro Marcos em 1966 retratava a grande importância dada a educação escolar, por isso, os colonos não mediram esforços para construí-la em meio à floresta e, assim, garantindo aprendizado escolar numa área inóspita.

Considerações finais

Esse artigo visou fazer um breve apanhado mostrando como se deu a venda de terras devolutas em Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960, mostrando que houve toda uma série de negociações para que as terras desse estado fossem parar nas mãos de pessoas bem estabelecidas financeiramente para depois essas serem revendidas a trabalhadores que estavam dispostos a largar tudo em sua terra de origem sob a representação de que em Mato Grosso era possível melhorar de vida, talvez até “enricar”.

Foi nesse contexto de chegada desses migrantes a terras ainda em vegetação nativa, distante de recursos médicos e de escolas estabelecidas, que homens e mulheres reinventaram seu cotidiano para enfrentar as dificuldades e permanecer na área adquirida.

Concluimos que a escola tornou-se prioridade para garantir a permanência dessas pessoas em áreas de colonização recente, por isso em 1966 quando já havia várias crianças perambulando por essas terras, os migrantes se organizaram e erigiram a primeira instituição escolar de São José dos Quatro Marcos.

Referências Bibliográficas

- BARROZO, João Carlos. Do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- _____, Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida. Cuiabá: EdUFMT, 2017.
- BECK, Kátia Maria Kunntz. Vivências e Memórias: A cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio em Tangará da Serra – MT (1965-1983), 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- BENITO, Augustin Escolano. Aprender pela experiência. In: _____. A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia. Trad. Heloisa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. Cap. 1, p. 29-106

BORDIN, Luís Carlos. História e Memórias de São José dos Quatro Marcos. São Paulo: All Print Editora, 2018.

BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Francimar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. Revista Diálogos.DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1. 143-165, 2005.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano I – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORREIO CACERENSE 15/03/1970. Acervo Arquivo Público de Cáceres.

CORREIO CACERENSE. 22/03/1970. Acervo Arquivo Público de Cáceres.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da 16 Unisinos. UNirevista – V. 1, n. 1, p. 32-46, janeiro, 2006. Disponível em <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/Art%2005%20BCCorsetti.pdf>

CHARTIER, Roger. A história cultural; entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. In Fronteiras. Dourados, MS. V. 13, n.23, jan/jun.2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. História Oral, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n. 4, p. 31, jun. 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da Memória, fontes orais e relato histórico. História & Perspectivas, n. 23 – Jul/dez. 2000, Uberlândia – MG. Ed. Da UFU, 2000.

_____A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002.

_____. Personagens e Memórias: Territórios de ocupação recente na Amazônia, in Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves, Leonardo A. M. Pereira (Orgs), História em cousas miúdas. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005.

HEINST, Andréia C. Pioneiros do século XX. Memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol d' Oeste. 2003. n.170 f. Dissertação (Mestrado em História) –

Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

JENKINS, Keith. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2001.

JOANONI NETO, Vitale Juína, de projeto de colonização a polo regional, in Barrozo, João Carlos (Org), Mato Grosso: do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

JULIÁ, Dominique. A cultura como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas/SP: Ed da Unicamp, 1992.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste Brasileiro na década de 1950. In Revista Brasileira de história. “Terra e Poder”. São Paulo: Ed. Marco Zero/Anpuh, v, 6, nº 12, 1986.

MORENO, Gislane, **Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1993.

PERIN, Claiton Lira. Escola, Colonização e Formação do Colono: História e Memórias da Terra Prometida de Alta Floresta – MT (1976-1976-1982). 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In Estudos Histórias, Rio de Janeiro, n. 10, 1992

OLIVEIRA, Carlos Edinei de, Tangará da Serra: uma história de colonização privada, in in Barrozo, João Carlos (Org), Mato Grosso: do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____ Fronteiras diversas em regiões de colonização recente de Mato Grosso: Tangará da Serra, Campo novo dos Parecis e Sapezal. In Revista História e Diversidade, Cáceres-MT, v. 9, n. 1, p. 74-95, 2017.

ROHDEN, Josiane Brolo. A Reinvenção da Escola: Histórias, Memórias e Práticas Educativas no período colonizatório de Sinop-MT (1973-‘979) 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SÁ, Elisabeth Figueiredo, PERIN, Claiton Lira, BECK, Kátia Maria, Escolarização da infância em cidades de colonização recente de Mato Grosso. Revista Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 51, p. 61-79, jan/marc. 2007.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: Orgs: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.

Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNIO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação)

SILVA, Lígia Osório. Terras Devolutas e Latifúndios: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.